

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Manuela Geovana Cândido Araújo¹
George Cândido Araújo²
Elizangela Dias Santiago Fernandes³

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado pela dificuldade na interação social, comunicação e pelo comportamento repetitivo. As pessoas com autismo conquistaram vários direitos no âmbito legal e as leis tiveram papel significativo nessa trajetória. Logo, diversos marcos legais asseguraram os direitos das pessoas com deficiência dentre eles, dois se destacam, pois contemplam especificamente a comunidade autista que são: a lei Berenice Piana 12.764/12 e a lei Romeo Mion 13.977/20. Também nos embasamos em alguns autores, quais sejam: Leo Kanner (1943); John Donvan e Caren Zucker (2017). Destarte, o objetivo central deste trabalho foi investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o TEA que conta com 28 volumes e em 15 destes volumes o TEA é abordado. Neste sentido, para realização do estudo fizemos um recorte temporal dos últimos quatro anos, correspondente aos anos de 2019 a 2022. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico. Os resultados desta pesquisa demonstraram que, foram encontrados nos artigos da RBEE os mais variados temas, contemplando os aspectos da comunicação, comportamento, tecnologia, interação, recursos didáticos, adaptação de materiais, inclusão escolar, socialização, ciências exatas e humanas, relações sociais, interpessoais e familiares. Para tanto, os dados evidenciaram três categorias: abordagem pedagógica, atendimento terapêutico e relações sociais/familiares. Além disso, percebemos que as ausências nos trabalhos publicados se referem a algumas temáticas relevantes que poderiam ganhar espaço na revista como por exemplo a mudança de fase da vida, representando um grande desafio para o indivíduo com TEA. Assim, procurando contribuir com o assunto, sugerimos o aprofundamento de estudos direcionados a terapias como ABA, PECS e outras ferramentas; e, sobretudo, direcionar um enfoque maior em outras áreas do conhecimento como formação continuada, a ampliação do currículo, no que se refere ao ensino de ciências, artes e língua inglesa.

Palavras-chave: Produção científica. RBEE. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

INTRODUÇÃO

¹ Pós graduanda em Educação Infantil – FMB; Graduada do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, renatacandidoglauber@gmail.com;

²Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial – FMB; Graduado em História – UEPB; georgecandido229@gmail.com;

³ Mestra em Educação – UFPE; Especialista em Educação Infantil – UFPB; Graduada em Pedagogia – UFPE. elizagela@servidor.uepb.edu.br

Esta pesquisa tem como objeto o Transtorno do Espectro Autista – TEA. O TEA foi definido pela primeira vez em 1943 por Leo Kanner, o qual definiu o autismo como um distúrbio do contato afetivo. Desde então, o autismo foi ressignificado diversas vezes, hoje, devido às diferentes formas como ele vem se manifestando é denominado como Transtorno do Espectro Autista. Nesse sentido, o TEA é um transtorno global do desenvolvimento, na qual suas principais dificuldades estão relacionadas à interação social, comunicação e comportamento repetitivo, porém ainda não se sabe quais causas levam a esse transtorno. Nos últimos anos temos observado mudanças que contribuem bastante para a preservação dos direitos do indivíduo com TEA e com outras dificuldades, sejam elas no âmbito físico ou intelectual, podemos citar no Brasil a Constituição da República Federal promulgada em 1988 que determina a pessoa com deficiência dotada dos mesmos direitos e deveres daquelas que não possuem nenhuma dessas diferenças, e ainda assegura o acesso à educação básica. A Declaração de Salamanca (1994) também se constitui como marco fundamental para o processo de visibilidade das pessoas com deficiência ser efetivado. Entretanto, só tivemos uma lei específica para atender as necessidades do TEA em 2012, com a lei 12.764 Berenice Piana, que representa a luta de pais e associações para trazer a discussão sobre quais demandas o autismo apresenta para toda a sociedade, além de reconhecer, de fato, o autismo como uma deficiência. Corroborando e ampliando a lei supracitada, o Decreto 13.977 visa assegurar o direito à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, esse documento certifica e garante direitos como: prioridade no atendimento nos locais públicos e privados, abrangendo as diversas áreas como educação, saúde e o social (BRASIL, 2020).

A revista analisada foi a Revista Brasileira de Educação Especial que teve início em 1992, contendo até o momento atual 28 volumes. A primeira menção sobre o tema TEA foi em 1999 no volume 5; mais tarde o tema só veio a ser tratado no ano de 2007, no volume 13; a partir daí, ficou parcialmente frequente as discussões acerca dessa temática na revista, nos seguintes volumes: volume 14 (2008); volume 16 (2010); volume 19 (2013); volume 21 (2013); volume.22 (2016), volume.23 (2017); volume.24 (2018); volume.25 (2019); volume.26 (2020); volume.27 (2021), volume.28 (2022). Optamos pela análise de 4 volumes, dentre os 15 que abordam sobre o TEA, fazendo um recorte temporal. Os volumes analisados consecutivamente são: volume.25 (2019); volume.26 (2020); volume.27 (2021), volume.28 (2022).

A RBEE foi escolhida devido o tipo de pesquisa desse trabalho ser bibliográfica, além disso porque traz os mais variados assuntos sobre a Educação Especial, no âmbito educacional como também no social, familiar e clínico. Mostra-se como um meio relevante de produzir ciência e por um período foi o único periódico que tratou sobre educação especial.

A pesquisa pode ser útil para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, pois promove uma discussão em torno da literatura atual vigente e tenta trazer elementos de destaque e os que são invisibilizados pelos autores e veículos publicitários acerca do TEA. Assim sendo, temos como perguntas de pesquisa a seguinte questão: Quais apontamentos e ausências encontramos nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial–RBEE sobre o Transtorno do Espectro Autista? Nessa perspectiva, nosso objetivo geral é investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista no período de 2019 a 2022

Nossos objetivos específicos são: (1) identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação Especial; ; (2) Apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber Transtorno do Espectro Autista; (3) Analisar os trabalhos que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista, apontando o que é pesquisado, como também as lacunas da área nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial.

Diante da pesquisa realizada, foi escolhida uma bibliografia bastante diversificada envolvendo teses, artigos, livros, dissertações, a qual contemplou um referencial teórico voltado para temática do Transtorno do Espectro Autista, como: Leo Kanner (1943), Cláudia Rocha (2012); John Donvan e Caren Zucker (2017), Temple Grandin e Richard Panek (2019). Tais autores serviram de sustentação para a realização do trabalho e colaboraram para enriquecer e embasar os argumentos desta pesquisa.

METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa assume uma abordagem qualitativa, porque consiste na análise dos dados da Revista Brasileira de Educação Especial, ou seja, na análise dos artigos, relacionados ao TEA que a revista traz. É nesse tipo de abordagem que é realizada a partir da interpretação do pesquisador, resultando na interpretação de uma realidade, conduzida pela pesquisa. O autor Nascimento (2016) aponta que a abordagem qualitativa:

É baseado na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos. Considera a realidade e a particularidade de cada sujeito objeto da pesquisa. (NASCIMENTO, p. 3, 2016).

Os objetivos desta pesquisa têm a característica exploratória, uma vez que, contempla alguns aspectos que são empregados nesse tipo de pesquisa parafraseando Nascimento (2016), o levantamento de dados e “a análise de exemplos que auxiliem a compreensão do problema”

Nascimento, 2016, p. 4). Nesse tipo de pesquisa ocorre uma aproximação maior com o objeto de estudo, uma vez que, está sendo investigado em sua profundidade. Além disso, a facilidade em desenvolver esse tipo de pesquisa é maior em razão da acessibilidade e comodidade que é proporcionada. Gil (2002) destaca que “essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41)

Foi identificado os itens que tratam sobre o TEA, destacado também as temáticas que se sobressaem com o objeto da pesquisa, ou seja, foi realizado um levantamento sobre a RBEE, e por fim analisado os trabalhos que tratam sobre a temática.

Percebemos assim a importância em realizar esse tipo de pesquisa, dado que é um fator contribuinte para o meio científico, por esta razão, foi escolhida esse tipo de pesquisa para a efetivação do trabalho. A fim de auxiliar e colaborar de forma integral na promoção do conhecimento. Segundo Gil (1991) “As pesquisas exploratórias objetivam facilitar familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara” (GIL, 1991 apud NASCIMENTO, 2016 p. 4).

Nessa direção optamos em desenvolver uma pesquisa bibliográfica que são utilizados: artigos, livros, teses e revistas. A pesquisa bibliográfica se baseia apenas nas fontes secundárias, ou seja, que já receberam algum tipo de tratamento. Para tanto, realizamos o estudo sobre as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial, que é um periódico científico. Gil (2002) discute que: “Os periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que se vem tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica” (GIL, 2002, p. 66).

O autor supracitado acrescenta que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p. 45).” Assim sendo, a pesquisa bibliográfica traz uma acessibilidade e expansão do conhecimento em razão da facilidade que se têm.

REFERENCIAL TEÓRICO

O autismo é caracterizado pela dificuldade na interação social, comunicação e pelo comportamento repetitivo. Os primeiros estudos sobre o autismo se deram em 1943, quando Kanner – alguns anos depois de ter diagnosticado o primeiro caso de autismo – publicou um artigo na revista *Nervous Children*, cujo título era: *Distúrbio autístico do contato afetivo*, (*Autistic disturbances of disturbances of affective contact*). Embora Kanner tenha sido o

percursor na descrição do autismo, esse termo que deriva do grego (autos = si mesmo + ismo = isposição/orientação) “foi criado por Eugene Bleuler, em 1911, para descrever um sintoma da esquizofrenia, que ele definiu como sendo uma fuga da realidade.” (ROCHA, 2012. p. 11).

Um ano após a publicação de Kanner, Asperger (1944) ampliou as definições e a concepção que se tinha sobre o autismo, ressignificando-as, denominando-o como psicopatia autista, conhecida também como síndrome de Asperger. Nos anos 80, Lorna Wing (1981), psiquiatra americana, retomou os estudos de Asperger. Wing (1981) destacou três aspectos essenciais no autismo que são alterações sociais, na linguagem comunicação e comportamento.

Desde então surgiram vários meios de padronização de diagnóstico do autismo, e um deles foi através do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais o – DSM, que conta com 5 edições e em sua primeira publicação o DSM-I em 1952, quando se mencionava algo relacionado ao autismo seguia pela linha de raciocínio de Bleuler (1911), no qual o autismo era um tipo de esquizofrenia. Ao longo dos anos ocorreram várias revisões nesses manuais no tocante a diagnóstico bem como a nomenclaturas. Devido a diversas formas de manifestações do transtorno ficou estabelecido no DSM-5 (2014) uma classificação em três níveis: o nível 1 (com necessidade de pouco apoio), nível 2 (necessidade de apoio substancial). 3 (necessidade de apoio muito substancial).

Faz-se necessário esclarecer a definição dos termos deficiência e transtorno, para isso usaremos como base as leis que tratam sobre essa temática, pois a partir da elucidação desses conceitos poderemos compreender em que categoria o objeto de estudo do presente trabalho se classifica, assim evitaremos possíveis equívocos sobre assuntos tão relevantes e que apresentam distinções entre si. Sendo assim, fica estabelecido segundo a Organização Pan-Americana da Saúde que: “Existem diversos transtornos mentais, com apresentações diferentes. Eles geralmente são caracterizados por uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas.” (Organização Pan Americana da saúde- OPAS, s/d).

Além das entidades nacionais e internacionais, as legislações também tiveram papel significativo no que diz respeito a trajetória do autismo. Devido o avanço das leis, a comunidade autista começou a ser reconhecida, em partes, nos ambientes escolares, principalmente, no atendimento, na garantia de direitos e processo de ensino.

Todas as políticas nacionais para educação ganharam forças após a Declaração de Salamanca (Espanha) em 1994, que foi uma resolução importante para impulsionar as demais políticas nacionais para a educação e colocar em evidência esse público que é tão negligenciado.

Assim, se tornou um fator que contribuiu de forma relevante para com as pessoas com deficiência. Logo, a Declaração de Salamanca (1994) revela que:

A conferência adotou a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais e um Enquadramento da Ação. Estes documentos estão inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. iii)

Essa declaração mudou o cenário mundial da educação, e desde então passou a ser influência na formulação de políticas voltadas para a educação inclusiva. “De acordo com a declaração, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (SALAMANCA 1994 p. 5 *apud* BATTISTI; HECK, 2015, p. 11).

Vale salientar outros marcos legais que contribuíram para a promoção dos direitos dos indivíduos com deficiência dentro de nossa legislação brasileira como: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Mesmo com esses aparatos das leis, apenas em 2012 foi sancionada a Lei Berenice Piana que foi um avanço para a garantia de direitos das pessoas com TEA foi a primeira lei a tratar sobre a temática do autismo de maneira específica, pois até então as outras legislações tratavam de forma geral, englobando todos os tipos de deficiência, e o autismo não era considerado como deficiência em razão da constante troca de critérios no diagnóstico, na dificuldade da identificação dos sintomas, na ausência de leis específicas e no que se refere a incidência que era baixa, por consequência, da falta de informação, pois é um tema que não era debatido. Com a lei Berenice Piana foi instaurada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e que reconhece os indivíduos autistas como pessoas com deficiência, devido ao reconhecimento tardio, vimos como a comunidade autista sofreu prejuízos. Todavia essa lei, trouxe várias conquistas para as pessoas com autismo, como por exemplo os sinais que o transtorno apresenta, o direito ao acompanhante terapêutico (AT) em sala de aula e a garantia de permanência na escola e a matrícula, pois caso a escola se recuse a receber o indivíduo com autismo, sofrerá penalidade, entre outros direitos, segundo a lei 12.764/2012.

A lei 12.764 Berenice Piana (2012) foi convertida para a Lei 13.977/2020, intitulada de lei Romeo Mion, criada há pouco tempo, a qual é sinônimo de autonomia e resistência. Além do quê, é uma maneira também de reconhecer a pessoa que está dentro do espectro, e uma forma de identificar caso ocorra alguma crise ou acontecimento inusitado. Ademais, a lei 13.977 que

foi sancionada em 2020, esta garante a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e visa:

(...)Art.3º-A garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. (BRASIL, 2020)

A lei Romeo Mion (2020) trouxe determinadas mudanças, em termos de alterações para a lei Berenice Piana (2012), dentre elas, a criação da carteira de identificação da pessoa com autismo, que é de suma importância, além de identificar, ela contém dados como: endereço e filiação para contato, é uma maneira também de garantir o atendimento prioritário, devido as pessoas com TEA enfrentarem preconceitos.

Acredita-se que as leis mencionadas tanto a lei 12.764/2012 que foi uma forma de garantir os direitos da pessoa com autismo, como a Lei 13.977/2020 que pôde resguardar e ampliar esses direitos, cada uma traz consigo a sua relevância, uma vez que são aspectos contribuintes para o desenvolvimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O marco temporal da pesquisa compreende os anos de 2019 a 2022 e teve como objetivo geral investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista. Optamos por fazer o estudo nos últimos 4 anos do que é publicizado acerca do Transtorno do Espectro Autista, pois desde sua primeira publicação sobre esse tema em 1999, esse período aqui analisado se apresenta com um número maior de artigos, além disso, esses mostram o que as pesquisas mais recentes apontam sobre o transtorno.

A Revista Brasileira de Educação Especial possui 832 artigos em sua totalidade, sendo distribuídos em 28 volumes. Dentre estes verificamos que, 43 artigos abordam sobre o Transtorno do Espectro Autista e foram escolhidos 21 artigos para a análise. Assim, a escolha se deu devido a quantidade de publicações ter sido maior no período escolhido e por causa do tempo ser curto para a análise dos 43 estudos.

Portanto os 21 artigos escolhidos foram classificados de acordo com a localidade e os gêneros dos autores, com intuito de atendermos ao primeiro objetivo proposto. A pesquisa nos revelou que a região que se sobressaiu na produção dos trabalhos foi a região Sudeste com cerca de 46% dos trabalhos, seguido da região Sul com 21% dos trabalhos publicados. Já a região Nordeste apresenta em torno de 17% dos artigos. As regiões que apresentaram menor marca de artigos publicados foram a região Norte com 4% e Centro-Oeste com inexistência de produção

de artigos, ou seja, 0%. Como a revista tem alcance a nível nacional e internacional contou também com 13% dos artigos, advindos de países como Portugal e Espanha.

Quanto ao gênero há uma predominância feminina representando 62% do total de publicações quando nos referimos aos trabalhos realizados por pessoas do gênero masculino observamos uma ausência nas produções assinadas apenas por homens. Contudo foram contabilizados 38% dos artigos de autoria mista. Segundo essa análise vimos uma grande discrepância entre os gêneros quanto às publicações; e, evidentemente, o destaque para a participação feminina em todas elas.

No que se refere as temáticas apresentadas sobre o TEA na RBEE, categorizamos em três grupos: Abordagem pedagógica com 9 artigos encontrados, representando cerca de 43%, o Atendimento Terapêutico que é identificado em 7 artigos equivale a 33% das publicações e por último as Relações Sociais/Familiares com 5 pesquisas, correspondendo a 24%. Assim, os estudos que tratam sobre o TEA publicados na RBEE culminaram em três categorias, como forma de alcançarmos o nosso segundo objetivo.

Tabela 1: Percentual de artigos quanto aos temas correlacionados ao autismo.

Temáticas	Quantidade	Porcentual
Abordagem Pedagógica	9	43%
Atendimento Terapêutico	7	33%
Relações Sociais/Familiares	5	24%
Total:	21	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir dessas variadas temáticas podemos observar quais lacunas existentes na revista e tentar contribuir para o aumento de conhecimentos sobre o TEA com sugestões de estudos essenciais para o desenvolvimento das pessoas com autismo e alguns apontamentos relevantes.

A Revista Brasileira de Educação Especial publiciza estudos sobre inúmeras temáticas no que se refere ao transtorno do espectro autista, que vai desde abordagem pedagógica, atendimento terapêutico e perpassa por relações sociais e familiares, isso tudo abrange muitos assuntos relacionados ao TEA. Porém, podemos sugerir alguns outros temas que são relevantes

quanto os que já estão evidenciados na revista, a saber: a ampliação de estudos sobre terapias como o ABA, PECS, entre outras. Sobre o ABA discuti “A Análise do Comportamento Aplicada, conhecida como ABA (Applied Behavior Analysis) é o ramo aplicado de uma ciência do comportamento que utiliza procedimentos e técnicas derivadas dos princípios do comportamento formulados por meio de ciência básica.” (LOVAAS, 1987 apud CANOVAS et, al, p. 179. 2020)

Além disso, no tocante a questões pedagógicas podemos citar a formação continuada de professores e profissionais da educação, só a partir disso poderemos melhorar a inclusão e buscar a qualidade da educação especial na perspectiva inclusiva. Também, se faz necessário alguns estudos sobre as transições das etapas da vida nas fases da infância para a adolescência e da adolescência para a vida adulta, os quais podem contribuir para o enriquecimento dos temas abordados na revista.

E, se tratando em conhecimentos pedagógicas algumas áreas foram pouco contempladas nos estudos realizados pelos autores, dentre eles podemos citar: a diversidade curricular nas áreas que abrange as artes, ciências, geografias e a oportunidade de aprendizado de uma nova língua. Podemos mencionar ainda algumas alternativas que sobretudo com os novos estudos que estão expandindo e melhorando o leque de opções para o indivíduo com TEA desenvolvam cada vez mais suas aptidões como a música e a terapia que envolve o contato com animais como, por exemplo, o cavalo, a qual se mostra bastante eficaz para contribuir com a socialização dos autistas.

Quanto as perspectivas para o futuro podemos apontar que estudos em mais regiões do Brasil são e serão sempre necessários, visto que atenderá as especificidades de cada localidade de onde ele é feito, oportunizando diversidade de temas, que gera uma expansão do conhecimento, agregado a isso os profissionais que lidam com esse público utilize essa revista como uma ferramenta e propague novos conhecimentos. E, por assim dizer que, seja crescente cada vez mais os números de escritores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, a partir da pesquisa de cunho bibliográfico teve como pergunta norteadora, a seguinte questão: Quais apontamentos e ausências encontramos nas publicações da Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE sobre o Transtorno do Espectro Autista? Essa pergunta foi organizada no objetivo geral, o qual visava investigar as publicações realizadas na revista brasileira de educação especial que tratam sobre o transtorno do espectro autista.

Para conseguirmos alcançar nosso principal objetivo, traçamos o seguinte caminho, no qual visava (1) identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação Especial; (2) Apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber Transtorno do Espectro Autista; (3) Analisar os trabalhos que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista, apontando o que é pesquisado, como também as lacunas da área nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial.

A pesquisa na RBEE foi classificada inicialmente traçando um perfil dos autores que compõe a área estudada, analisamos a localidade e o gênero dos que se dedicam as pesquisas e concluímos que a região Sudeste do país é o principal lugar de produção sobre a temática na revista e que as publicações em sua maioria foram escritas por mulheres.

Também percebemos que as temáticas que se sobressaíram no relacionamento com o objeto desta pesquisa se aproximam das seguintes abordagens: os aspectos da comunicação, comportamento, tecnologia, interação, recursos didáticos, adaptação de materiais, inclusão escolar, socialização, ciências exatas e humanas, relações sociais, interpessoais e familiares. Logo, agrupamos essas temáticas em três categorias, a saber: ■ abordagem pedagógica, acompanhamento terapêutico e relações sociais/familiares.

Na pesquisa identificamos temáticas pouco aprofundadas sobre o tema, a saber: as transições das diferentes etapas da vida que vai da infância, passam pela adolescência até a vida adulta, essas representam grandes desafios e possuem suas especificidades. No que tange ao currículo, questões pedagógicas de outras áreas também podem ganhar espaços dentro das discussões da revista. Podemos citar os conhecimentos que complementam o aprendizado como conteúdos de ciência, artes, geografia e de uma nova língua abrindo possibilidade para diversificar cada vez a aprendizagem e torná-la significativa. Pois mediante esta análise ficou perceptível as lacunas da área, nas publicações realizadas na RBEE, bem como a contribuição para a expansão dos conteúdos referentes ao autismo na revista.

Destarte, podemos destacar que essa pesquisa ao trazer à tona as principais contribuições que a produção científica da RBEE possui a respeito do autismo, o qual se configura como um tema de extrema relevância para o contexto educacional e o social, contribui para a história, o reconhecimento legal, a diminuição do preconceito enfrentado e a inserção nos ambientes educacionais, ou seja, para a inclusão dos sujeitos com TEA em qualquer esfera da sociedade. Para tanto, como os estudos estão em processo de expansão é fundamental a ampliação com enfoque em outras temáticas do conhecimento, apontando novas pesquisas que devem ser realizadas como: formação continuada para os profissionais de educação, ou seja,

como a qualificação/capacitação pode interferir no atendimento dos sujeitos com autismo, a ampliação do currículo não se detendo apenas duas áreas do conhecimento como linguagem e matemática, mas que englobe o ensino de ciências, artes, língua inglesa para os sujeitos com autismo e a discussão sobre outros métodos terapêuticos à exemplo da musicoterapia, equoterapia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-III**. 3. ed. Washington: DC, 1980.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-III-R**. 3.ed. Washington: DC, 1987.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV**. 4.ed. Washington: DC, 1994.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5**. 5.ed. Washington: DC, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENUTE, Gláucia Rosana Guerra (Org.). **Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão**. volume 2. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020. – Coleção Ensaio sobre Acessibilidade)50 p.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **Transtornos Globais do desenvolvimento**. Brasília: ministério da educação, secretaria da educação especial; [fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 23, 38.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9694 / 1996.

BRASIL. **Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012**. Lei Berenice Piana. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977 de janeiro de 2020**. Lei Romeo Mion. Altera a Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm Acesso em: 19 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 06 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990**. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 28 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 28 de Maio de 2022.

CANOVAS, Daniela de Souza. CRUZ, Maria Tereza Monteiro. COIMBRA, Maria América Coimbra. Serviço em ABA para indivíduos com TEA: continuar os serviços presencial em tempos de COVID-19?. **Revista Brasileira de análise do comportamento**. Vol.15,no.2. 2020. p.178-187. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8771/6346> Acesso: 09 de julho de 2022.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. Trad. Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2017

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KANNER, Leo. **Distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: ROCHA, Paulina Schmidtbauer (org.). et al. Autismos. Trad. Monica Seincman. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2012, p. 111-171

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. SOUSA, Flávio Luís Leite de. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

Organização das Nações Unidas. (2007). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Tradução oficial/Brasil. Acesso: em: 29 de junho de 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

OPAS- **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais> Acesso em: 05 de maio de 2022

Revista Brasileira de Educação Especial. São Paulo. Disponível: https://www.abpee.net/revistas_1.php Acesso em: 18 de maio de 2022.

TIME. **Medicine**: Frosted Children, 26 abr. 1948. Trad. Automática. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,798484,00.html>. Acesso: 03 de maio de 2022.

WING, L. (1981). **Asperger's Syndrome**: A clinical account. *Psychological Medicine*, 11(1), 103-128